



Mens Agitat 16 (2021) 1-3



ISSN 1809-4791

1

Retrato politicamente incorreto da academia brasileira - Parte I: formação do corpo docente

Robson Fernandes de Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Cx. Postal 1524, 59078-970, Natal-RN. robdefarias@yahoo.com.br

Abstract This article is the first in a short series, composing a "politically incorrect" overview of the Brazilian academic environment. In this first article, we address the aspects related to the faculty, pointing out how, on average, the Brazilian academic environment is mediocre.

Keywords: Brazilian universities, politically incorrect portrait.

INTRODUÇÃO

Ao leitor amigo que nos prestigie com seu tempo e interesse, informo que o presente artigo (o primeiro de uma pequena série) não é fruto de nenhum trabalho de pesquisa, mas apenas e tão somente o compartilhamento de uma experiência adquirida/acumulada ao longo de 31 anos como professor, dos quais 26, como professor universitário.

Trata-se, como seu título indica, de um “retrato” na acepção de “descrição de um caráter, de uma época, etc.” [1], politicamente incorreto (mas não inverídico) das universidades brasileiras.

Destaco ao distinto leitor que minha experiência como profissional restringe-se às Universidades federais, mas acredito que nas estaduais e nas instituições privadas, a realidade não seja distinta.

Trata-se de uma crônica bem humorada (com algumas “pitadas” de “humor ácido”, porém realista), do assim chamado “mundo acadêmico”.

Acredito que essa pequena série de artigos possa ser bem aproveitada por aqueles que desejam seguir a chamada “carreira acadêmica”, mas também pode ser lida com bom proveito pelo público em geral, ajudando a desmistificar alguns mitos sobre as universidades.

Por óbvio, não se está a afirmar-se que o que se irá relatar nesse artigo (e nos próximos dessa pequena série), aconteça sempre, em toda parte e o tempo todo. Não obstante, a “incidência” do que irá apontar-se é grande, acredite.

No presente artigo, abordaremos o corpo docente.

DIRETO AO PONTO

Por força da legislação, o acesso ao corpo docente das universidades públicas dá-se via concurso público (provas e títulos).

Como sabemos, o concurso público visa dar transparência às contratações, democratizar o acesso ao serviço público, devendo ser realizado seguindo-se os princípios caros (ou que deveriam sê-lo) à administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, etc. Em tese, uma seleção à prova de “armações”, “jeitinhos” e preferências. Contudo, nem sempre é exatamente assim.

Os “jeitinhos” podem começar pelo próprio edital, no qual os requisitos para o candidato são postos. Por exemplo, se o edital exige um candidato com doutorado em química, isso é uma coisa, mas se os requisitos incluem experiência na

área de espectroscopia de compostos de terras raras, etc., por exemplo, o “leque” de possíveis candidatos restringe-se bastante.

Outro truque muito usado é reprovar-se o candidato na chamada “prova didática” (o candidato deve ministrar uma aula sobre tema previamente sorteado, etc.), ou dar, nessa prova, uma nota maior ao candidato “de interesse da casa”, do que a dada aos demais, etc. Tendo em vista a subjetividade da coisa (o que é uma boa aula ? como diferenciar uma aula que vale 8 pontos de uma que vale 9 pontos ?), etc., a porta para a possível manipulação fica aberta.

Os motivos para preferir-se determinado candidato em detrimento dos demais podem ser variados: amizade com membros da banca ou do departamento que está a realizar o concurso, a esposa do candidato já é professora da instituição e deseja-se “trazer” o marido também, alguém com “influência (falaremos dessas “influências”, mais adiante) quer trazer um novo pesquisador para seu grupo de pesquisa, etc., o candidato é ex-aluno de algum pesquisador influente de uma instituição de renome e deseja-se “fazer um favor” a esse pesquisador (com o qual alguém da instituição que está a realizar o concurso mantém ou deseja estabelecer uma cooperação acadêmica, etc.).

Desnecessário dizer que o indivíduo assim contratado, já entre “de bola murcha” isso é, devendo favores aos seus “protetores” etc., de forma que será, com certeza, um tipo bastante cordato, tendente a concordar com tudo que seus “amos e senhores” proponham, etc. Ou seja, desde cedo “ensina-se” ao indivíduo que a subserviência é caminho para o “sucesso”.

Uma vez vencida a batalha do concurso, e confirmando-se a contratação, o novo docente estará, como todo e qualquer servidor público, a cumprir seu estágio probatório, com duração de três anos, como definido em lei (ver Lei 8.112/1990).

É nessa fase que a “pressão” sobre o novo docente será maior, não raro com tentativas veladas de “indução”, intimidação, etc. Por exemplo, pode ser “sugerido” ao recém-contratado que co-orientar os alunos de pós-graduação do professor fulano ou da professora fulana seria bom, etc. Esclareça-se: é muito comum, no meio acadêmico, a existência de “pesquisadores” que buscam a “cooperação” de recém-contratados para co-orientar seus alunos (na verdade, orientar), a fim de que o “pesquisador” já estabelecido (com laboratório, estrutura de equipamentos, apoio da Instituição, etc.), possa fazer aquilo que efetivamente gosta (não, não é a pesquisa): política (ou, em muitos casos, a prima prostituída da política: a politicagem); conseguir mais influência (e recursos) institucionais, quem sabe um cargo (uma pró-reitoria é o sonho dourado de muitos).

Você entendeu bem: não raras vezes, o recém-contratado tem que “pagar pedágio” para os mais velhos e bem estabelecidos, e uma recusa pode ter suas consequências (você está em estágio probatório, lembra ?).

Com relação ao estágio probatório, é fenômeno muito comum o do indivíduo que “se faz de bonzinho” durante esse período: nunca falta nem chega atrasado, é cordial com

todos, voluntaria-se para participar de comissões, procura ser bem visto pelos alunos, etc., enfim, madre Tereza de Calcutá ficaria orgulhosa daquela pessoa, e que, uma vez servidor estável, “bota as manguinhas de fora” (já não trabalha como antes, torna-se um tipo ácido e “moralizador” com relação aos professores que ainda estejam em estágio probatório, etc.).

Permeando a tudo isso, destaque-se que, a “política” acadêmica não é nem um pouco diferente (em termos éticos e/ou morais) da política partidária, por exemplo: Fulano foi escolhido como vice na chapa para a eleição para Reitor por que é do Centro¹ tal, ou de tal área, e conseguir votos lá seria importante; Beltrano foi escolhido pró-Reitor por que é alguém “influente” na Instituição, ou por que “trabalhou” na campanha do candidato a Reitor, etc. (é preciso contemplar os correligionários, não é mesmo ?).

Além do “status” de ser pró-Reitor², há a gratificação pelo cargo (ganha-se mais do que como “simples” professor), além do que o indivíduo fica dispensado de dar aulas (!). Que maravilha não ? não ter que preparar aulas, ministrar aulas, preparar listas de exercícios e provas, corrigir provas, etc., e ainda ganhar mais, e ser uma “autoridade” na Instituição (!).

Nesse ponto, destaque-se a pouca vocação acadêmica da nossa “Academia”: feitos realmente acadêmicos (publicar um livro, publicar artigos em periódicos de prestígio, etc.) são realizações, na maior parte das Instituições, em verdade pouco valorizadas (ninguém lembra, ou esquece depressa). Não obstante, ocupar um cargo catapultar o indivíduo, de imediato, a um “novo patamar”. Triste Academia.

Fato importante: “no geral” a vocação realmente acadêmica (para o mundo da pesquisa, etc.) dos professores universitários é bastante reduzida (apenas uma minoria é realmente “talhada” para a tarefa): uns conseguem repetir competentemente o que está nos livros; muitos, nem isso. Nossa Academia é, em termos gerais, bastante medíocre, intelectualmente falando.

Boa parte dos membros do corpo docente das nossas Universidades, são a prova viva da veracidade posta nas palavras de Olavo de Carvalho [2]:

“É natural no ser humano o desejo de conhecer.” Quando li pela primeira vez esta sentença inicial da Metafísica de Aristóteles, mais de quarenta anos atrás, ela me pareceu um grosso exagero. Afinal, por toda parte onde olhasse — na escola, em família, nas ruas, em clubes ou igrejas — eu me via cercado de pessoas que não queriam conhecer coisíssima alguma, que estavam perfeitamente satisfeitas com suas ideias toscas sobre todos os assuntos, e

¹ Nas Universidades, os diferentes cursos geralmente são agrupados em “Centros”.

² Para os pouco familiarizados com a terminologia acadêmica, uma pró-Reitoria equivale, numa analogia com a presidência da República, a um Ministério ou, numa analogia com um governo estadual, a uma Secretaria, etc.

que julgavam um acinte a mera sugestão de que se soubessem um pouco mais a respeito suas opiniões seriam melhores. Precisei viajar um bocado pelo mundo para me dar conta de que Aristóteles se referia à natureza humana em geral e não à cabeça dos brasileiros. De fato, o traço mais conspícuo da mente dos nossos compatriotas era o desprezo soberano pelo conhecimento, acompanhado de um neurótico temor reverencial aos seus símbolos exteriores: diplomas, cargos, espaço na mídia. (grifos nossos).

Não obstante, uma marca geral dos docentes universitários é a empáfia, o pernosticismo. Mesmo que conduza uma pesquisa “insossa” e sem chances reais de contribuir com a ciência, o indivíduo tem a si em grande conta, comportando-se, muitos deles (geralmente os mais medíocres) com certa pompa e circunstância.

Aspectos referentes à pós-graduação e pesquisa serão abordados em outro artigo dessa pequena série, de forma que alguns outros aspectos referentes ao corpo docente ficaram de fora do presente texto, mas serão futuramente contemplados.

Encerremos, contudo, com trecho de obra já mencionada [2]:

Longe do Brasil, encontrei enfermeirinhas, caixeiros de loja e operários da construção civil que, ao saber-me autor de livros de filosofia, arregalavam dois olhos de curiosidade, me crivavam de perguntas e me ouviam com a atenção devota que se daria a um profeta vindo dos céus. Por incrível que pareça, interesse e humildade similares observei entre potentados da indústria e das finanças, figurões da mídia e da política. Até mesmo professores universitários, uma raça que no Brasil é imune a tentações cognitivas, mostravam querer aprender alguma coisa. Aristóteles tinha razão: o desejo de conhecer é inato. O Brasil é que havia falhado em desenvolver nos seus filhos a consciência da natureza humana, preferindo substituí-la por um arremedo grotesco de sabedoria infusa.

REFERÊNCIAS

[1] Descrição de um .caráter, de uma época, etc."retrato", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/retrato> [consultado em 01-09-2020].

[2] O. de Carvalho, *Desejo de conhecer* in O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota, 26ª ed., Record, Rio de Janeiro, 2017.